

---

## O acordo ortográfico: uma questão de política linguística

José Luiz Fiorin (USP)

**RESUMO:** Para unificar as duas ortografias oficiais do português, uma adotada pelo Brasil e outra, pelos demais países lusófonos, foi assinado um acordo ortográfico pelos Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Este trabalho, depois de discutir as razões dessa duplicidade ortográfica e de traçar a história da ortografia portuguesa, busca rebater as principais críticas ao acordo, feitas tanto no Brasil quanto em Portugal. Mostra que seu alcance não é propriamente linguístico, mas político e, assim, ele deve ser analisado. Ele visa a mostrar a unidade essencial dos povos da CPLP.

**Palavras-chave:** Ortografia; ortografia do português; acordo ortográfico; política linguística.

Está<sup>1</sup> em vigor desde o dia 1º de janeiro de 2009 o acordo ortográfico assinado pelos Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor). Essa convenção foi aprovada pelo Decreto Legislativo 54, de 18 de abril de 1995. A vigência das novas normas ortográficas foi determinada pelo Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008. O acordo visa a unificar as duas ortografias oficiais do português, a do Brasil e a de Portugal, esta adotada pelos demais países lusófonos.

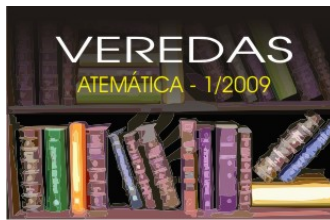
No Brasil, a grafia era regida, até então, pela lei 2623, de 21 de outubro de 1955, que restabeleceu a vigência do Formulário Ortográfico de 12 de agosto de 1943, e pela lei 5765, de 18 de dezembro de 1971.

O português era a única língua falada por um número significativo de falantes e em vários países que tinha duas ortografias oficiais. Línguas como o espanhol e o francês, que são faladas em diversos países, apresentam uma única ortografia. Alguém poderia retrucar que essa informação não é verdadeira, pois o inglês apresenta vários casos de dupla grafia: por exemplo, *theatre* e *theater*; *honour* e *honor*. A situação do inglês é completamente diferente da do português, pois não há ortografia oficial desse idioma. Seguindo a tradição do direito anglo-saxão, para os países de língua inglesa a ortografia é fundada na tradição e quem determina a ortografia correta são os grandes dicionários da língua. Isso quer dizer que, embora haja preferência por determinada forma em certos países, as diversas grafias de uma palavra estão corretas.

Como chegamos a essa situação de dupla ortografia? Depois da Independência, tem início o longo, complexo e laborioso processo de construção da identidade nacional. A nação é um sentimento de unidade, de pertença a uma coletividade, que é singular, no contexto das outras comunidades nacionais. Assim, é preciso postular e inventar os traços caracterizadores dessa comunidade específica de indivíduos. A nação nasce, pois de “um postulado e de uma invenção” (Thiesse, 1999, p. 14). Ela condensa-se numa alma nacional, que deve ser elaborada. Uma nação deve apresentar um conjunto de elementos simbólicos e materiais: uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos;

---

<sup>1</sup> Uma versão deste texto foi publicada em *Linguasagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem*, UFSCAR, v. 4, dez. 2008/jan. 2009.



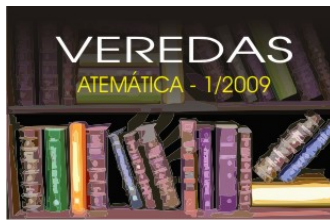
---

uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica; representações oficiais, como hino, bandeira, escudo; identificações pitorescas, como costumes, especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo (Thiesse, 1999, p. 14). A nação é vista como uma comunidade de destino, acima das classes, acima das regiões, acima das raças. Para isso, é preciso adquirir uma consciência de unidade, a identidade, e, ao mesmo tempo, é necessário ter consciência da diferença em relação aos outros, a alteridade. O grande outro (sem trocadilhos lacanianos) da criação da nacionalidade brasileira é Portugal. Para isso, a literatura teve um papel fundamental. Os autores românticos, com especial destaque para Alencar, estiveram na linha de frente da construção da identidade nacional. Entre todos os livros de Alencar, o mais importante para determinar esse patrimônio identitário é, sem dúvida, *O guarani*. Nele se determina a paisagem típica do Brasil (o espaço da eterna primavera, onde não ocorrem cataclismos naturais, como furacões, tornados, terremotos, etc.), a singularidade de sua língua, mas principalmente o casal ancestral dos brasileiros.

O castelo nos trópicos edificado por D. Antônio de Mariz é o símbolo da colonização portuguesa. Está ele assediado por dois inimigos: um externo e natural, os aimorés, e outro interno e cultural, o bando de aventureiros cúpidos rebelados por Loredano. O edifício colonial está sendo atacado por elementos naturais perversos e pelos baixos sentimentos de muitos colonizadores. D. Antônio de Mariz manda seu filho D. Diogo ao Rio de Janeiro em busca de socorro (p. 161-162). O socorro externo, porém, não chega a tempo. D. Antônio espera o ataque final dos Aimorés e faz explodir o paiol de pólvora da casa, matando todos os aimorés, os aventureiros, mas também a família (p. 272). É o edifício colonial que foi destruído e com ele seus inimigos externos e internos. Todos estão mortos, resta apenas o casal inicial. Pode-se, então, construir o mito de origem da nacionalidade.

Quando os aimorés puseram fogo na casa, Peri concebe um plano para salvar sua senhora, a fuga de D. Antônio de Mariz com Cecília. O fidalgo português, contudo, rejeita a possibilidade de abandonar os seus. No entanto, diz que, se Peri fosse cristão, confiar-lhe-ia a filha. Peri aceita ser batizado e recebe o nome cristão de Antônio, o mesmo do velho fidalgo (p. 268- 270). O índio deve levar Cecília até o Rio de Janeiro, à casa de uma irmã de D. Antônio de Mariz. Foge, então, com sua senhora pelo rio Paquequer.

Ao longo de todo o romance, Peri, apesar de toda sua nobreza, é apresentado como um selvagem (p. 97). Ao aceitar o batismo, transforma-se no herói mediador mítico. Reúne natureza e cultura, a identidade tupi e a identidade portuguesa. No mito, nomear é criar. Quando Peri, conservando o seu nome, recebe o nome de D. Antônio, adquire uma identidade luso-tupi. Ao mesmo tempo, o narrador vai mostrando a transformação de Cecília em mulher. Num movimento inverso ao de Peri, que, ao tornar-se cristão, une natureza e cultura, Cecília assume sua condição de elemento da natureza, englobando, assim, cultura e natureza. No dilúvio que ocorre no final do livro, os dois salvam-se ficando sobre uma palmeira que Peri arrancara do chão. E o livro termina da seguinte maneira: *A palmeira arrastada pela torrente impetuosa fugia... E sumiu-se no horizonte*. O horizonte onde some a palmeira é o futuro do povo que se constituiria a partir de um casal inicial formado de um índio que aceitara os valores cristãos e de uma portuguesa que acolhera os valores da natureza do Novo Mundo. Essa nação teria um caráter cultural luso-tupi.



---

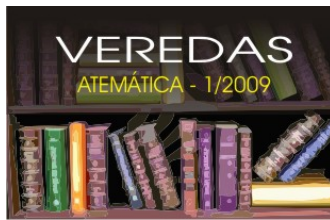
O mito é sempre uma *coincidentia oppositorum*. No nosso caso, o mito de origem da nação brasileira opera com a união da natureza com a cultura, ou seja, dos valores americanos com os europeus. O Brasil seria assim a síntese do velho e do novo mundo, construída depois da destruição do edifício colonial e dos elementos perversos da natureza. Os elementos lusitanos permanecem, mas modificados pelos valores da natureza americana. O que nos interessa, no entanto, é o papel da língua na construção da identidade nacional. Durante o processo de constituição das nações europeias, teoriza-se não mais o problema da universalidade da linguagem, como elemento de constituição do ser humano, dotado de dignidade e direito, mas a singularidade de cada língua nacional. Herder (1987, 1996) afirma que, no gênio da língua, reside a alma das nações. As separações geográficas dos povos implicam que comunidades distintas sofrem influência de condições materiais – por exemplo, clima e modos de vida – diversas, o que acarreta diversificações linguísticas e, por conseguinte, o aparecimento de línguas diferentes, que são as línguas nacionais. Cada língua, segundo Herder, é a expressão viva, orgânica, do espírito do povo. Ela é o meio de conhecer a cultura e os valores de uma nação, pois os cristaliza. Para constituir uma nação, segundo Herder, é necessário que haja uma língua comum.

Os Estados-Nação tem uma língua nacional bem identificada, normatizada por dicionários e gramáticas, cujo ensino é uma das bases da educação nacional (Thiesse, 1999, p. 67). A proposição de Herder de que a nação se encarna em sua língua e de que, por conseguinte, a uma nação corresponde uma língua, apresenta dois problemas: de um lado, a existência de uma língua nacional comum a vários Estados (Áustria e Alemanha, Portugal e Brasil, por exemplo); de outro, o reconhecimento por vários Estados de diferentes línguas nacionais, como ocorre, por exemplo, na Bélgica, em Luxemburgo, na Suíça, na Irlanda, na Finlândia, em Timor. No primeiro caso, na verdade não há nenhum problema, pois Herder considera que a mesma língua, em espaço diverso, ganha singularidades que lhe permitem expressar uma alma nacional específica.

A língua nacional tem uma função prática, expressa por seu uso na administração, no ensino, etc., e uma função simbólica, a de encarnar a nação (Thiesse, 1999, p. 70). Para o Brasil afirmar-se como nação era preciso mostrar sua identidade linguística e, por conseguinte, a distinção entre o português falado em Portugal e o português brasileiro. No entanto, falávamos (como falamos ainda) português. Contudo, era necessário demarcar a diferença da língua falada no Brasil. Falava-se português sim, mas um português diferente. *O guarani* mostra, além da fundação da nacionalidade, a identidade da língua falada no Brasil:

- Não te zangues, disse o índio com doçura; Peri te ama, porque tu fazes a senhora sorrir. A cana quando está à beira d'água, fica verde e alegre; quando o vento passa, as folhas dizem Ce-ci. Tu és o rio; Peri é o vento que passa docemente, para não abafar o murmúrio da corrente; é o vento que curva as folhas até tocarem na água.

Álvaro fitou no índio um olhar admirado. Onde é que este selvagem sem cultura aprendera a poesia simples, mas graciosa; onde bebera a delicadeza de sensibilidade que dificilmente se encontra num coração gasto pelo atrito da sociedade?



---

A cena que se desenrolara a seus olhos respondeu-lhe: a natureza brasileira, tão rica e brilhante, era a imagem que produzia aquele espírito virgem, como o espelho das águas reflete o azul do céu.

Quem conhece a vegetação de nossa terra desde a parasita mimosa até o cedro gigante; quem no reino animal desce do tigre e do tapir, símbolos da ferocidade e da força, até o lindo beija-flor e o inseto dourado; quem olha este céu que passa do mais puro anil aos reflexos bronzeados que anunciam as grandes borrascas; quem viu, sob a verde pelúcia da relva esmaltada de flores que cobre as nossas várzeas, deslizar mil répteis que levam a morte num átomo de veneno, compreende o que Álvaro sentiu.

Com efeito, o que exprime essa cadeia que liga os dois extremos de tudo o que constitui a vida? Que quer dizer a força no ápice do poder aliada à fraqueza em todo o seu mimo; a beleza e a graça sucedendo aos dramas terríveis e aos monstros repulsivos; a morte horrível a par da vida brilhante?

Não é isso a poesia? O homem que nasceu, embalou-se e cresceu nesse berço perfumado, no meio de cenas tão diversas, entre o eterno contraste do sorriso e da lágrima, da flor e do espinho, do mel e do veneno, não é um poeta?

Poeta primitivo, canta a natureza na mesma linguagem da natureza; ignorante do que se passa nele, vai procurar nas imagens que tem diante dos olhos, a expressão do sentimento vago e confuso que lhe agita a alma.

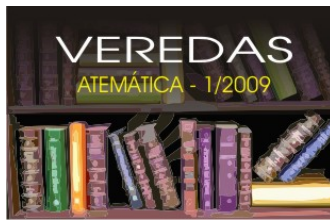
Sua palavra é a que Deus escreveu com as letras que formam o livro da criação; é a flor, o céu, a luz, a cor, o ar, o sol; sublimes coisas que a natureza fez sorrindo.

A sua frase corre como o regato que serpeja, ou salta como o rio que se despenha da cascata; às vezes se eleva ao cimo da montanha, outras desce e rasteja como o inseto, sutil, delicada e mimosa (p. 116-117).

A identidade da língua falada no Brasil é correlata à do homem brasileiro, cuja origem o romance descreveu. Não se trata do português tal como é falado em Portugal, mas de um português modificado pela natureza brasileira. A língua falada no novo país é um reflexo, na pronúncia, na sintaxe e no léxico, das suavidades e asperezas da natureza da América. É uma fusão também da cultura com a natureza<sup>2</sup>. Alencar não preconiza que se fale tupi, como Policarpo Quaresma, mas esse português modificado no Brasil. Com essa concepção do povo e da língua do Brasil, Alencar não poderia nunca admitir que a literatura brasileira reproduzisse os cânones linguísticos portugueses. Deveria ela incorporar a variedade linguística que se falava no país agora independente. A independência linguística dos padrões portugueses era tão importante quanto a independência política. Essa proposta está na base na longa tradição de discussões sobre o estatuto da língua nacional, que perpassa todo o século XIX e chega até o modernismo. O Brasil criou uma norma linguística própria e nunca aceitou que Portugal tivesse o monopólio da legitimidade da língua. Isso se reflete na existência de uma cisão ortográfica.

---

<sup>2</sup> Alencar diz que, além do vocabulário, também o "mecanismo" da língua se modifica. Pergunta o romancista: "E como podia ser de outra forma, quando o americano se acha no seio de uma natureza rica e opulenta, sujeito a impressões novas ainda não traduzidas em outra língua, em face das magnificências para as quais não há ainda verbo humano?". Depois de afirmar que o Brasil vai aperfeiçoar a língua, diz que "todos os povos de gênio musical possuem uma língua sonora e abundante. O Brasil está nestas condições: a influência nacional já se fez sentir na pronúncia muito mais suave de nosso dialeto" (1958, 305).



---

A ortografia é o conjunto de convenções que regula a representação dos sons da fala na escrita. As diferentes ortografias baseiam-se em dois princípios: a) etimológico, que leva em conta a origem da palavra e a maneira como era grafada na língua de que proveio; b) fonético, que busca representar graficamente os sons da fala.

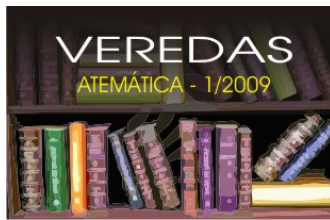
Os historiadores da língua costumam dividir a história da ortografia do português em três períodos.

O primeiro é o chamado período fonético, que vai do aparecimento dos primeiros textos escritos em português no século XII até o século XV. Nesse tempo, procura-se grafar as palavras conforme se pronuncia. Não há, porém, sistematização e coerência na maneira de escrever as palavras. Por exemplo, o *h* pode marcar a vogal aberta ou a tonicidade do monossílabo (*he, hi, hir*), pode levar em consideração a etimologia da palavra (*homêes*); pode indicar o hiato (*cahir, sahir*); pode representar a vogal oral *i* ou a nasal *ĩ* (*sabha* = sabia; *camho* = camião). Outras vezes, não há nenhuma explicação para o uso do *h* (*hordenar, hobra*). Nesse período, a mesma palavra aparece grafada de maneiras muito diversas.

O segundo é o denominado período pseudo-etimológico. Vai do final do século XV até 1904. Com o Renascimento, há uma volta aos clássicos gregos e latinos, que se tornam objeto de imitação. Na ortografia, dentro desse espírito, há uma tentativa de aproximar a grafia das palavras portuguesas das das latinas e gregas. É a época em que aparecem símbolos específicos para grafar os vocábulos de origem helênica (por exemplo, *pharmacia, theatro, rheumatismo, chimica, martyr*). Duplicam-se as consoantes intervocálicas (por exemplo, *approximar, abbade*), que se haviam reduzido a simples na evolução do idioma. Esse período é chamado pseudo-etimológico, porque muitas grafias eram equivocadas, contrariando a própria etimologia (por exemplo, *chrystal, author, lyrio*). A ortografia, nesse momento histórico, assume uma importância muito grande. Surgem inúmeros ortógrafos, que procuram sistematizar as convenções para grafar as palavras: por exemplo, Pero de Magalhães de Gândavo, Duarte Nunes Leão, Álvaro Ferreira de Vera, João Franco Barreto, Madureira Feijó, Luís de Monte Carmelo. Como nota Saussure, “é o próprio princípio da escrita etimológica que está errado” (1969, p. 38), porque ela desrespeita a evolução do idioma.

O terceiro período é intitulado histórico-científico ou simplificado. Ele inicia-se com a publicação, em 1904, da obra *Ortografia nacional*, de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana. Os estudos levados a cabo, desde 1868, por Adolfo Coelho são precursores das mudanças ortográficas realizadas nesse período. Já em 1885, Gonçalves Viana estabelecera os princípios para uma radical reforma ortográfica:

- a) eliminação completa de todos os símbolos para representar fonemas gregos: *th, ph, ch* [= *k*], *rh* e *y*;
- b) redução das consoantes dobradas a simples, com exceção do *rr* e do *ss*, que têm valores fonéticos próprios;
- c) eliminação das consoantes nulas que não tenham influência na pronúncia da vogal precedente;
- d) regularização da acentuação gráfica.



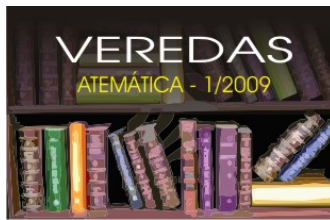
---

Em 1911, o governo português nomeia uma comissão para propor as bases da reforma ortográfica. Faziam parte dela, entre outros, Leite de Vasconcelos, Carolina Michaelis de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Epifânio Dias, Júlio Moreira, José Joaquim Nunes. Essa comissão propõe a adoção, com pequenas alterações, das bases propostas por Gonçalves Viana. Essa ortografia foi oficializada em 1º de setembro de 1911. Para realizar essa reforma, Portugal não consulta o Brasil. Por sua vez, o Brasil não aceitava, pelas razões expostas, a normatividade portuguesa. Apesar disso, essa ortografia é adotada no Brasil em 1931 por um acordo firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. Desde 1907, houve uma série de tentativas de elaborar uma reforma ortográfica no Brasil. A Constituição de 1934, no artigo 26 das Disposições Transitórias, diz: “Esta Constituição, escrita na mesma ortografia da de 1891 e que fica adotada no País, será promulgada pela Mesa da Assembleia, depois de assinada pelos Deputados presentes, e entrará em vigor na data de sua publicação”. Com isso, ela anulou o acordo de 1931. Em 1943, firma-se a Convenção Luso-Brasileira, que restabeleceu o acordo de 1931. A ABL aprovou, em 12 de agosto de 1943, o Formulário Ortográfico, que contém as instruções para a elaboração do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Em 1945, diante das divergências na interpretação de algumas regras ortográficas, reúnem-se, em Lisboa, de julho a outubro, delegados das duas Academias. Daí resulta o documento intitulado Conclusões complementares do Acordo de 1931. São tantas as modificações que se trata, na verdade, de uma nova reforma ortográfica. Como essa tentativa de unificação, levava basicamente em conta a pronúncia portuguesa, ela suscitou protestos inflamados no Brasil. O Congresso Nacional não aprova o acordo de 1945. A lei 2623, de 21 de outubro de 1955, restabelece o sistema ortográfico de 1943, enquanto, em Portugal, a convenção entra em vigor em 1º de janeiro de 1946. Está caracterizada mais uma vez a cisão ortográfica.

Em 1971, com base em parecer conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa, o Congresso Nacional aprova a Lei 5.765, de 18 de dezembro de 1971, que introduz três modificações em nosso sistema ortográfico:

- a) abolição dos acentos diferenciais dos homógrafos não homófonos (por exemplo: *gôsto/gosto; bôlo/bolo, êle/ele*);
- b) eliminação do acento indicativo da sílaba subtônica em palavras formadas com o sufixo – *mente* ou com sufixos iniciados por *z* (por exemplo: *sòmente; cafèzal; cafèzinho; pèzinho; amàvelmente*);
- c) supressão do trema do hiato átono (por exemplo: *vaïdade, saüdade*).

As diferenças entre as duas ortografias não são substanciais, não impedindo a compreensão dos textos grafados numa ou noutra. Entretanto, a duplicidade ortográfica dificulta a difusão internacional do português, na medida em que os documentos dos organismos internacionais que adotam o português como língua oficial precisam ser duplicados, pois devem ser publicados numa e noutra ortografia (o ministro da Cultura declarou à Agência Brasil, em 16 de novembro de 2008, que as Nações Unidas vinham resistindo à adoção do português como idioma oficial, porque ele “não tinha uma ortografia



---

comum” e, por isso, o acordo de unificação “possibilita essa demanda ser atendida pela comunidade internacional”); em que a certificação de proficiência de língua portuguesa não pode ser unificada; em que os materiais didáticos e os instrumentos linguísticos, como dicionários e gramáticas, produzidos numa ortografia não servem para os países que adotam a outra; em que, muitas vezes, os estudantes estrangeiros de português têm um professor brasileiro e um português e cada um ensina uma ortografia distinta; em que a busca de informações por meio de diferentes tecnologias exige o conhecimento das duas ortografias e assim sucessivamente. Para acabar com essa situação esdrúxula, os países lusófonos assinaram, em 1990, em Lisboa, um acordo ortográfico. Estipulou-se que ele entraria em vigor em 1º de janeiro de 1994, depois de sua ratificação pelos diferentes estados nacionais. Como a ratificação não se deu, conforme se previa, ele não pôde entrar em vigência e se acordou, em 2004, que ele passaria a vigorar depois de ser ratificado por três dos oito países. Até o momento aprovaram o acordo o Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Portugal.

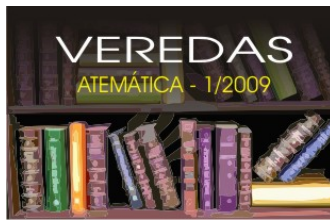
Nos últimos tempos, diferentes manifestações têm surgido sobre o assunto e mesmo pessoas consideradas especialistas na matéria têm incidido em uma série de equívocos. É preciso afastá-los para evitar que eles toldem nossa apreciação desse objeto.

O primeiro é que se está fazendo uma unificação da língua portuguesa. Isso não é verdade. Até mesmo Luiz Fernando Veríssimo incorreu nessa confusão (*O Estado de S. Paulo*, 18/10/2007, D16). O que se deseja fazer é uma unificação da ortografia, ou seja, da convenção por meio da qual se representam graficamente as formas faladas da língua, se escrevem as formas da língua. O que se pretende unificar é a escrita e não a língua, que varia de região para outra, de um grupo social para outro, de uma situação de comunicação para outra, de uma faixa etária para outra. A variação é um fenômeno inerente à língua, porque a sociedade em que ela é falada é heterogênea. É impossível uniformizar a língua. Repetimos, o que se pode e se quer tornar uma é a ortografia.

Muitos dos que se puserem contra o acordo, principalmente em Portugal, diziam estar defendendo a língua portuguesa. A revista *VEJA* de 12 de setembro de 2007 publicou um artigo que versava basicamente sobre a reforma ortográfica. Uma afirmação deve dele ser destacada: “o português pode ser transformado por um acordo ortográfico” (p. 88) A ideia de que a ortografia pode “corromper” a língua é um equívoco, porque se funda na noção de que a ortografia é um elemento central da organização das línguas. Não é. Uma língua define-se por um sistema fônico, uma gramática e um fundo léxico comum. Embora haja diferenças entre a maneira de compor um texto oral e um texto escrito, a ortografia é uma convenção por meio da qual se representam as formas faladas da língua. Isso significa que nenhuma mudança ortográfica representa transformação da língua.

Diogo Mainardi escreveu, na revista *VEJA*, de 8 de outubro de 2008, um artigo sobre o acordo de unificação ortográfica. Falando da eliminação do *c* e do *p* nas palavras em que essas letras não representam nenhum som pronunciado, mas se mantêm por razões etimológicas (por exemplo, acção, acto, adopção, Egipto, óptimo), diz ele:

Eu entendo perfeitamente o empenho dos brasileiros em deslatinizar a língua escrita. De certo modo, o latim representa tudo o que rejeitamos: os valores morais, o rigor poético, o conhecimento científico, o respeito às leis,



---

a simetria das formas, o pensamento filosófico, a harmonia com o passado, o estudo religioso. Ele encarna todos os conceitos da cultura ocidental que conseguimos abandonar.

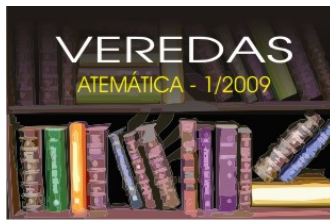
Há, nesse trecho, diversos equívocos: o primeiro é imaginar que a ortografia carregue todos esses valores, pois, para isso, seria preciso que o falante tivesse noção da etimologia das palavras, o que não é verdade. Depois, é imaginar que a escrita ideal é aquela que se funda em bases etimológicas, que, conforme mostramos acima, Saussure considera um erro, dado que ela contraria a evolução natural do idioma. Ademais, se a ortografia perfeita é a etimológica, o problema não é o acordo ortográfico, é o português, pois ele é uma das formas do latim hoje e, nesse caso, deveria ser visto como erro. Finalmente, o articulista está um pouco atrasado, porque a passagem do princípio etimológico para o fonético na ortografia do português se deu no início do século XX.

Os que defendem o acordo dizem que a simplificação da ortografia vai levar os estudantes a redigir melhor. É um engano. Os erros de ortografia, embora chamem muito a atenção, constituem o elemento mais fácil de ensinar no processo de aquisição da modalidade escrita da língua e, ao mesmo tempo, o menos importante dos problemas de redação. O verdadeiro problema é que os períodos tenham uma articulação sintática adequada, que os textos tenham clareza, coerência, coesão, etc.

Outro equívoco é que a reforma é muito tímida, dever-se-ia fazer uma mudança radical no sentido de simplificar a ortografia e aproximá-la da maneira como falamos. Na verdade, aqui há dois erros. Primeiramente, não se está fazendo propriamente uma reforma ortográfica e sim um acordo de unificação ortográfica e, portanto, ele atinge basicamente os pontos de divergência das duas ortografias e não faz uma reforma profunda na maneira de grafar as palavras. Depois, enganam-se os que pensam que se pode escrever como se fala, pois a pronúncia varia, por exemplo, de região para região dentro de cada país e, por isso, não se pode grafar tal como se fala. Além disso, cabe perguntar por que países em que se falam línguas, como o francês ou o inglês, cuja ortografia reflete um estado linguístico muito mais antigo ou a origem da palavra, não fazem uma reforma ortográfica drástica. Porque não é mais possível, uma vez que mudar completamente a ortografia de uma língua significa condenar à obsolescência todo o material impresso. Em no máximo duas gerações ninguém mais será capaz, sem um preparo específico, de ler tudo o que foi impresso até o momento. Ora, isso é impossível. Além do mais uma reforma ortográfica profunda implicaria ensinar novamente as pessoas a escrever. Podia-se fazer reforma ortográfica radical até o início do século XX. Depois disso, com a alfabetização de quase toda a população e com o crescimento das bibliotecas, dos acervos, etc. não se pode mais pensar em alterar totalmente a ortografia.

Outro erro sobre o acordo é que ele, de fato, não unifica a ortografia. Como disse um conhecido professor de português, é “uma reforma meia-sola”. Os que afirmam isso se fundamentam no fato de que o tratado permite dupla ortografia nos casos em que no Brasil se acentua com acento circunflexo e em Portugal, com acento agudo, refletindo a diferença de timbre fechado e aberto (econômico/ económico; fêmur/ fémur; bebê/ bebé; gênio/ génio) e nos casos em que uma consoante seguida de outra não é pronunciada no Brasil, mas é falada em Portugal (por exemplo, facto/ fato; secção/ seção; sector/ setor; amnistia/ anistia;





---

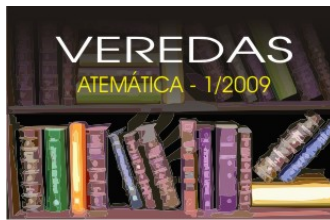
súbdito/ súdito; assumpção/ assunção; concepção/ conceção). Afirmar que não houve a unificação é um erro porque as duas grafias passam a ser corretas no território da lusofonia. Hoje, é errado escrever *ceptro* e *género* no Brasil ou *cetno* e *gênero* nos outros países lusófonos. A partir da entrada em vigor do acordo, as duas grafias serão corretas em todos os países de língua portuguesa. Isso quer dizer que, com muita sabedoria, unificou-se, respeitando-se a diversidade de pronúncia refletida em formas históricas de grafar. Além disso, o princípio da dupla grafia existe já no sistema ortográfico brasileiro. O Formulário Ortográfico de 1943 determina que se registrem duas grafias das palavras que tenham consoantes facultativamente pronunciadas: por exemplo, *contacto* e *contato*, *tacto* e *tato*, *secção* e *seção*, *sinóptico* e *sinótico*. Além disso, admitem-se inúmeros outros casos de variantes, que, evidentemente, são grafadas diversamente: por exemplo, *cálix* e *cálice*, *bêbedo* e *bêbado*, *cobarde* e *covarde*, *coisa* e *cousa*; *abóbada* e *abóboda*, *assobiar* e *assoviar*; *cotidiano* e *quotidiano*; *descarrilar* e *descarrilhar* e assim por diante. O princípio da dupla grafia não é uma invenção do atual acordo ortográfico.

O acordo apresenta vários problemas técnicos, que devem ser discutidos. No entanto, seu alcance não é propriamente linguístico, mas político e, assim, ele deve ser analisado. Trata-se de uma decisão de política linguística dos países lusófonos. Analisemos mais detidamente essa questão.

Uma política linguística só existe quando há escolha, seja entre diferentes variedades linguísticas, seja entre diferentes línguas, seja entre diferentes ortografias. É a possibilidade de escolha que torna possível a planificação linguística. Diz Claude Hagège:

Em diversas épocas, mas principalmente no século XX, os homens intervieram na estrutura das línguas, não somente pela estandardização da norma, mas também pela planificação da gramática: por exemplo, os gêneros do holandês, as flexões nominais e verbais em finlandês, as desinências casuais em estoniano, o lugar dos clíticos em checo, numerosos pontos da morfologia em hebraico israelense. Essa ação concerne igualmente às estruturas lexicais: modernização do vocabulário, em particular erudito e especializado (tecnoleitos e outros itens da neologia), defesa legal contra as “invasões” de termos estrangeiros (ex. França, Quebec) e, mais geralmente, controle do principal fator externo de modificação da estrutura da língua, o empréstimo (1986, p. 124-125).

É preciso distinguir o que são política linguística e planificação linguística. De acordo com Calvet, aquela é “o conjunto de escolhas conscientes efetuadas no domínio das relações entre língua e vida social, e mais particularmente entre língua e vida nacional”, enquanto esta é “a busca e o emprego dos meios necessários para a aplicação de uma política linguística” (1987, p. 154-155). Uma planificação linguística implica uma política linguística, mas a recíproca não é verdadeira. Ela é, assim, uma mudança deliberada, ou melhor, uma escolha explícita entre alternativas. Essa escolha existe em todos os níveis de uso da língua, mas é evidente que nem todos os níveis podem ser objeto da planificação linguística. Geralmente, esta diz respeito aos usos oficiais ou públicos da língua e não às situações quotidianas de comunicação informal, que são regidas por fatores muito complexos de natureza sócio-psicológica.



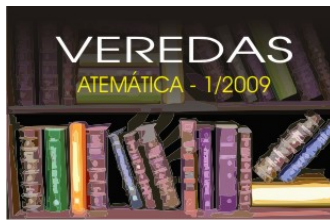
---

Grande parte dos pesquisadores concorda que a planificação linguística é um conjunto de ações que “têm em comum o fato de ser premeditadas e visar a fins particulares concernentes ao uso da língua numa comunidade” (Baylon, 1996, p. 177). Por isso, ela é uma intervenção (visa a interferir no curso normal dos acontecimentos linguísticos, para determinar o uso futuro da língua), explícita (são tentativas conscientes e deliberadas para determinar o emprego e o uso da língua), orientada para uma finalidade (existe uma motivação explícita para a planificação), sistemática (há uma previsão de ações com vistas a resolver um problema), uma escolha entre possibilidades (as alternativas devem ser identificadas e a escolha entre elas, realizada), institucional (diz respeito principalmente às instituições públicas) (Baylon, 1996, p. 177-178).

Há dois tipos principais de política e, conseqüentemente, de planificação linguística: uma diz respeito ao estatuto de um língua ou de uma variedade (são exemplos as escolhas do híndi como língua nacional depois da independência da Índia ou do português como língua de unidade nacional nos diferentes países africanos que foram colônias portuguesas, a seleção de uma variedade como língua-padrão); outra diz respeito à codificação linguística do idioma, ou seja, a sua normatização, sua standardização (por exemplo, a escolha de uma escrita, a unificação ortográfica, a modernização do vocabulário, como ocorreu com o hebraico em Israel) (Baylon, 1996, p. 185-189).

Uma última observação deve ser feita. Uma língua não é um mero instrumento de comunicação, mas tem funções simbólicas muito importantes no seio de uma sociedade. É vista, por exemplo, como fator de unidade nacional, como ponta de lança da invasão cultural, etc. Uma política linguística diz respeito muito mais às funções simbólicas da língua do que a suas funções comunicativas. Não são as necessidades reais de comunicação que pesam na definição de uma política linguística, mas considerações políticas, sociais, econômicas ou religiosas. O estabelecimento de uma política linguística começa com a identificação de um problema, que não é de natureza linguística, mas de ordem política, econômica ou cultural, apesar do que possam achar as pessoas implicadas no processo. Na verdade, quando se diz que estamos diante de um problema linguístico, estamos pensando na língua como manifestação de uma cultura, que assegura uma função comportamental e simbólica.

Os séculos XVIII a XX marcam a criação das nações. A atual etapa do capitalismo exige a criação de entidades transnacionais. Uma dessas organizações é a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), o espaço da chamada lusofonia. Essa entidade transnacional tem escassas chances de se transformar num espaço econômico, de livre circulação de bens. Isso se deve ao fato de que o Brasil pertence ao MERCOSUL e Portugal, à União Europeia. Veja-se, por exemplo, a impossibilidade de um acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia. Por outro lado, pelos compromissos de Portugal com a União Europeia, nossa comunidade nunca será um espaço de livre circulação de pessoas. Só pode ser uma comunidade política, cultural e linguística. Para isso, é preciso construir uma identidade comunitária. Foi pensando nisso que se assinou o acordo de unificação ortográfica. Em seus considerandos, diz-se que o acordo “constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa”. É nesse contexto que o acordo deve ser visto, ele tem um alcance simbólico. Visa a afirmar, por meio da unificação



---

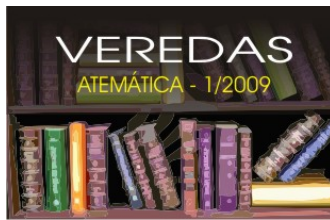
ortográfica, uma unidade linguística que emerge de uma grande diversidade, que é o símbolo da unidade essencial dos povos da CPLP. Ao fortalecer a unidade dos países de língua portuguesa, ele servirá para tornar mais sólido o estatuto do português naqueles países, em que, embora seja o idioma oficial, sua situação é frágil, quer por pressões para a adoção de outra língua como idioma oficial, quer pela complexa situação linguística real: por exemplo, Moçambique, Guiné Bissau, Timor Leste.

Passamos mal pelo primeiro teste de construção de uma identidade lusófona: a ratificação e a implementação do acordo de unificação ortográfica. Há razões relacionadas à afirmação do português no mundo para essa unificação. Entretanto, para mim, isso é o que menos importa. O que é significativo é que o acordo é um instrumento político de construção de uma identidade comum. Mas o que houve? Completa indiferença no Brasil, onde o acordo foi tratado com desdém (“há coisas mais importantes do que isso”), quando não com chacotas, e um clima de beligerância em Portugal.

Os linguistas têm graves responsabilidades no clima de confusão que se formou. Pasquale Cipro Neto disse (VEJA, 12/9/2007, p. 90), que, por aceitar dupla grafia de uma série de palavras, ela não unifica nada. Entretanto, essa característica da reforma, o acolhimento da diversidade, é exatamente seu ponto forte como instrumento de construção identitária.

Em Portugal, os argumentos para colocar-se contra o acordo foram de “manutenção da pureza da língua original” (argumento que não resiste à mais superficial análise dos fatos); “rechaço à brasilianização da ortografia”, ao “colonialismo dos ex-colonizados”, que pretendiam impor uma “humilhação estatística a Portugal: 1,4% de alterações para Portugal contra uns míseros 0,5% do Brasil” (*O Estado de S. Paulo*, 2/12/2007, J7). Apesar de figuras do mais alto significado nos estudos da linguagem em Portugal, como Malaca Casteleiro, Carlos Reis e Maria Helena da Rocha Pereira, se terem colocado a favor do acordo, o jornal *Público*, de 8/4/2008, trazia na página 3 o seguinte título: “Livreiros e linguistas contra. Brasileiros, timorenses, ex-exilados e galegos, pró”. Vasco da Graça Moura esgrimiou os seguintes argumentos diante da Assembleia Nacional: 1) “o acordo serve interesses geopolíticos e empresariais brasileiros, em detrimento dos interesses inalienáveis dos demais falantes de português no mundo, em especial do nosso país”; 2) “é uma lesão de um capital simbólico acumulado e de projecção planetária”; 3) “vai homogeneizar integralmente a grafia portuguesa com a brasileira (...) desfigurando a escrita, a pronúncia e a língua, que são nossas”. Não nego a complexidade da questão e os múltiplos interesses envolvidos no tema. Entretanto, a discussão do acordo revela nossa incapacidade de construir uma identidade lusófona. Os argumentos aparecidos em Portugal de preservação da pureza da língua, de não aceitação da diversidade, são comuns aos argumentos da extrema direita na defesa da identidade nacional. Revelam, ao mesmo tempo, um temor e um desdém pelo Brasil. No Brasil, a discussão deixa patente uma completa indiferença por Portugal.

Não temos, como estudiosos da linguagem, o direito de fomentar ódios, ressentimentos, fantasias nacionalistas. Não temos o direito de não perceber o que está em jogo numa questão como a do acordo de unificação ortográfica. O acordo tem problemas técnicos e eles devem ser mostrados e discutidos. Ele pode ser combatido pelos seus



---

defeitos e não por suas qualidades (a própria ideia da unificação ortográfica e o acolhimento da diversidade), que dizem respeito à afirmação de uma identidade comum. Superar o nacionalismo e a xenofobia, que tanto infelicitaram o século XX, é uma ação importante.

Para que a lusofonia seja um espaço simbólico significativo para seus habitantes, para que seus membros tenham uma identidade lusófona, é preciso, no que diz respeito à língua, que seja um espaço em que todas as variedades linguísticas sejam, respeitosamente, tratadas em pé de igualdade. É necessário que não haja a autoridade "paterna" dos padrões lusitanos. Evidentemente, a lusofonia tem origem em Portugal e isso é preciso reconhecer. Contudo, Portugal não pode pretender a hegemonia da legitimidade linguística, desejo que fica visível nos argumentos dos que se puseram contra o acordo. No entanto, o que se espera na construção do espaço enunciativo lusófono é a comunidade dos iguais, que têm a mesma origem. Esse é o significado da afirmação de Caetano Veloso.

Minha pátria é minha língua  
E eu não tenho pátria: tenho mátria  
E quero frátria.

Não se pode esquecer que *pátria* e *pai* são formados da mesma raiz. A eles estava ligada a *potestas* (Benveniste, 1969, p. 217-218). A lusofonia não será pátria, porque não será um espaço de poder ou de autoridade. Será mátria e será frátria, porque deve ser o espaço dos iguais, que têm a mesma origem. Se assim não for, ela não terá nenhum significado simbólico real, será um espaço do discurso vazio, de um jargão político sem sentido.

ABSTRACT: In order to unify the two official orthographies for Portuguese (one adopted by Brazil and the other by the other Portuguese-speaking countries), an orthographic agreement has been signed by the states of the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPSC). After outlining the history of Portuguese orthography and discussing the reasons for this split, this paper argues against the main criticisms directed towards the agreement, both in Brazil and in Portugal. This paper shows that the agreement is not exactly linguistic, but instead political; therefore it must be analyzed and evaluated politically. Such an analysis shows that the agreement is intended to demonstrate the essential unity of the CPSC.

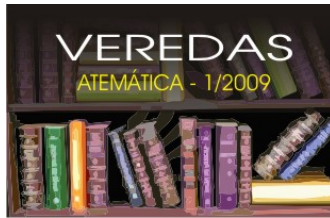
Keywords: orthography; portuguese orthography; orthographic agreement; language policy

## Referências bibliográficas

ALENCAR, José de. *O guarani*. 19. ed. São Paulo: Ática, 1995.

BAYLON, Christian. *Sociolinguistique: société, langue et discours*. 2. ed. Paris: Nathan, 1996.

BENVENISTE, Emile. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*. Paris: Editions de Minuit, 1969, vol. I.



---

CALVET, Jean-Louis. *La guerres des langues et les politiques linguistiques*. Paris: Payot, 1987.

HAGÈGE, Claude. *La structure des langues*. 2. ed. Paris: PUF, 1986.

HERDER, J.G. *Ensaio sobre a origem da linguagem*. Lisboa: Edições Antígona, 1987.

HERDER, J.G. *Sur la nouvelle littérature allemande. Fragment*, Lettres sur l'avancement de l'humanité. In.: CAUSSAT, P.; ADAMSKY, D; e CRÉPON, M. *La langue source de la nation. Messianismes séculiers en Europe centrale et orientale (du XVIIIe au XXe siècle)*. Liège/Bruxelas: Mardaga, 1996. p. 77-106.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1969.

THIESSE, A. *La création des identités nationales. Europe XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Editions du Seuil, 1999.